

7. CONSTITUIÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE DA PARCELA DE TERRENO A FAVOR DO CENTRO CULTURAL E SOCIAL DE SANTO ADRIÃO:

Submete-se à consideração do Executivo, proposta fundamentada da DACPCG para constituição do direito de superfície da parcela de terreno com a área de 4.430 m², sito no Lugar de Santo Adrião, descrito na Conservatória do Registo Predial de Braga sob o nº.1676/S. Lázaro (anterior descrição predial nº. 42900), a favor do Centro Social e Cultural de Stº. Adrião, nos termos da proposta que se anexa.

INFORMAÇÃO Nº I/22/VPFM/2016

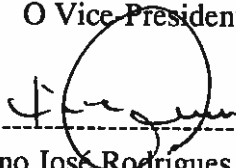
| Referência | Data |
|------------|------------|
| 0-GENÉRICO | 19-02-2016 |

Assunto: CONSTITUIÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE DE UMA PARCELA DE TERRENO A FAVOR DO CENTRO CULTURAL E SOCIAL DE SANTO ADRIÃO.

Junto se envia proposta fundamentada relativa à constituição do direito de superfície da parcela de terreno descrita na Conservatória do Registo Predial de Braga sob o nº 1676/S. Lázaro (correspondente à anterior descrição predial nº 42900) a favor do Centro Social e Cultural de St. Adrião, a fim de submeter à consideração do Sr. Presidente da Câmara Municipal.”

Braga, 19 de fevereiro de 2016

O Vice-Presidente



Firmino José Rodrigues Marques

PROPOSTA

1/7/DACPGP/2016

Assunto: Constituição do direito de superfície da parcela de terreno descrita na Conservatória do Registo Predial de Braga sob o nº 42900 a favor do Centro Social e Cultural de St. Adrião.

Gal. V.P.
Elaborar informação e anexar
este processo enviando-o ao
Sr. Presidente de Câmara
Municipal de Braga tendo
em vista a autorização a constituição
do direito de superfície da
parcela de terreno aqui identi-
ficada (RPB nº 42900) a favor
do Centro Cultural Santo Adrião.
H. J. A. Gomes
18 Fev 2016

Considerando que o Centro Social e Cultural de St. Adrião é uma instituição particular de solidariedade social que tem por objectivos o apoio social à comunidade e associados, nos vários níveis etários, especialmente infância, juventude, terceira idade e deficientes e a promoção e valorização dos seus associados sob o ponto de vista humano, nos aspectos culturais e recreativos, abrangendo o seu âmbito de ação as freguesias de S. José de S. Lázaro, S. Vitor, Fraião e Nogueira desta cidade (cfr. Estatutos);

Considerando que para a prossecução dos seus objectivos, o Centro Social e Cultural de St. Adrião procedeu à construção de diversas instalações, onde se encontram instaladas as valências da creche, jardim de infância, campo de ténis com bar de apoio e piscinas, na parcela de terreno melhor identificada na planta anexa;

Considerando que tal parcela de terreno, propriedade do Município de Braga, encontra-se descrita na respectiva Conservatória do Registo Predial sob o nº 42900, omissa no respectivo serviço de finanças, com a área de 4.430 m²;

Considerando que até à data não foi formalizada a utilização de tal parcela de terreno;
Considerando que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações;

Considerando que compete à câmara municipal, nos termos do estatuído no artigo 33º, nº 1, alíneas g) do Anexo I da lei nº 75/2013, de 12.9, "adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG", tendo tal competência sido delegada no Sr. Presidente desta Câmara Municipal em reunião do Executivo Municipal realizada em 28.10.2013,


Submete-se à consideração do Sr. Presidente da Câmara Municipal a presente proposta, de constituição do direito de superfície da parcela de terreno em questão, atrás melhor identificada, a favor do mencionado Centro Social de St. Adrião, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

1. O presente direito de superfície incide sobre a parcela de terreno descrita na Conservatória do Registo Predial de Braga sob o nº 42900, omissa na matriz, com a área de 4.430 m², e destina-se à ocupação por parte do Centro Social e Cultural de St. Adrião com as edificações já ali existentes e destinadas à prossecução das finalidades estatutárias do mencionado Centro Social.
2. O direito de superfície é constituído pelo prazo de 50 anos, com início nesta data, podendo ser renovado, por igual período, se houver acordo entre as partes.
3. A superficiária obriga-se a manter o terreno, bem como a obra, em perfeito estado de conservação, segurança, limpeza e salubridade, cabendo-lhe executar, por sua conta e risco, todas as reparações necessárias nas construções e instalações, objecto do direito de superfície.
4. O Município de Braga gozará sempre do direito de preferência, em 1º grau, na alienação do direito, por ato entre vivos e na adjudicação em liquidação do património da associação, sendo esse direito de preferência exercido de harmonia com as normas legais e/ou regulamentos aplicáveis.
5. O direito de superfície reverte para o Município de Braga, sem qualquer indemnização, se alterar os fins a que se destina o direito referido.
6. Em caso de extinção da superficiária ou de eventual transmissão, a propriedade superficiária, assim como as benfeitorias executadas reverterão para o Município de Braga, sem direito a qualquer indemnização.
7. A concessão do direito de superfície é feita a título gratuito à referida Associação.
8. Em tudo o que na presente proposta não estiver previsto, o direito de superfície aqui em questão regular-se-á pela legislação especial aplicável, designadamente

pelo constante dos artigos 67º a 72º da Lei nº 280/2007, de 7 de agosto, diploma que estabelece o regime jurídico do património imobiliário público, na sua redação atual e subsidiariamente pelo Código Civil.

Deverá ainda proceder-se à avaliação da parcela de terreno em questão, com vista à outorga da respectiva escritura pública.

A Jurista,


(17.2.2016)

